



'Coisas do Mundo' (2018), tinta acrílica sobre tela Pat Kilgore/Divulgação

Enriquecer sem desmatar

[RESUMO] Autor argumenta que manancial da Amazônia precisa de políticas favoráveis à emergência de uma economia do conhecimento (e não da destruição) da natureza. A devastação não produz riqueza ou inovação — favorece o extrativismo primitivo e sufoca a produção mais lucrativa de itens nativos da floresta

Por **Ricardo Abramovay**

Professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e autor de "Muito Além da Economia Verde" (Planeta Sustentável/Abrii)

O Brasil é o sexto maior emissor global de gases de efeito estufa. Há, porém, uma diferença fundamental entre a natureza de nossas emissões e as dos países que nos acompanham neste lamentável desempenho.

Na China, nos Estados Unidos, na Índia ou no Japão, as emissões derivam do uso em larga escala de combustíveis fósseis na geração de energia, nos transportes e na indústria. Reduzir essas emissões num prazo compatível com a urgência da crise climática exige mudanças na maneira como se produz cimento, aço e plásticos, na forma como se organiza o transporte de passageiros e de carga, na aviação — em suma, naquilo que o recente relatório da Energy Transitions Commission, do Reino Unido, chama de setores de mais difícil redução ("harder to abate").

Transformar os modelos econômicos em que se apoiam esses setores exige muita ciência e inovações tecnológicas disruptivas. Plantas industriais terão que ser inteiramente substituídas. Por causa dos automóveis elétricos, por exemplo, postos de gasolina e oficinas mecânicas

vão desaparecer. Mesmo que os investimentos nessas mudanças tenham retorno econômico, os custos são imensos.

Os avanços globais nesta direção são significativos, embora largamente insuficientes: em 2009, na Conferência Climática de Copenhague (COP 15), a China e a Índia se opuseram a qualquer acordo de redução das emissões sob o argumento de que não tinham alternativas ao uso do carvão, caso quisessem ampliar o acesso de sua população à energia e acelerar sua industrialização.

Seis anos depois, esse quadro mudou de forma impressionante. Os dois países se converteram em protagonistas no Acordo de Paris, de 2015 (COP 21), com base no ritmo acelerado de redução do preço das fontes renováveis de energia, nas perspectivas oferecidas pelo automóvel elétrico e em diversas técnicas voltadas a uma indústria menos emissora.

O dilema entre crescimento econômico e redução de emissões está sendo enfrentado (embora não resolvido, longe disso) por meio de ciência e tecnologia.

E nós neste contexto? Temos a matriz energética menos emissora do mundo, quando o Brasil é comparado com países de importância territorial, demográfica e econômica equivalente. Nossos transportes contam com uma fonte não emissora, o etanol, usado muito menos do que deveria, graças aos subsídios concedidos aos fósseis. Onde se concentram, então, nossas emissões?

Resposta: na destruição florestal. O Brasil e a Indonésia são os únicos países do mundo em que mais da metade das emissões vem do desmatamento. É importante não confundir devastação florestal com agricultura, embora com muita frequência a floresta destruída (não só na Amazônia) dê lugar a atividades agropecuárias. A agropecuária responde por 22% de nossas emissões graças a dois fatores: por um lado, a fermentação entérica dos ruminantes, da qual resulta um dos mais potentes gases de efeito estufa, o metano.

Como o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial e é o mais importante exportador de carne do mundo, reduzir essas emissões é um

O desmatamento é o mais importante vetor da perenização das precárias condições de vida na região

Os trabalhos recentes de Carlos Nobre e Ismael Nobre listam um vasto conjunto de produtos da floresta com imenso potencial econômico

Manter a floresta não é criar uma redoma contemplativa de economia estagnada

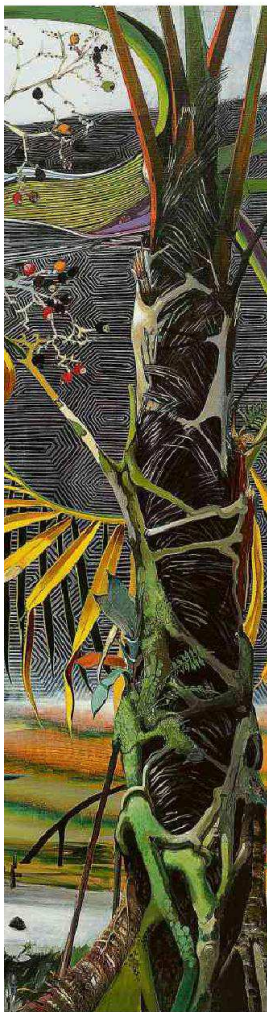
imenso desafio, que exige (da mesma forma que na indústria, na mobilidade e na energia) muita ciência e inovação tecnológica. O mesmo pode ser dito das emissões derivadas do uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura.

Todavia, contrariamente ao que ocorre com a agropecuária, com a indústria ou com os transportes, zerrar o desmatamento (e, portanto, reduzir a contribuição do Brasil à crise climática) não é algo que dependa de ciência e de tecnologia ou que exija investimentos vultosos. Cabe, então, perguntar: quais os custos de interromper a devastação? Será que desmatar a Amazônia não é o equivalente à recusa da China e da Índia em subscrever um acordo climático ambicioso em 2009?

Seria válido o argumento de que, da mesma forma que indianos e chineses não tinham alternativa ao uso do carvão há dez anos, a sobrevivência e o desenvolvimento dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia dependem de sua possibilidade de colocar a floresta abaixo, implantando ali atividades agropecuárias convencionais? Não estará a Amazônia presa a um dilema insuperável entre gerar renda para os que nela vivem ou preservar a floresta? É fundamental enfrentar essas perguntas, pois elas estão na base da tentativa de imprimir algum fundamento racional àquilo que o Brasil e o mundo assistem hoje com tanto temor e indignação na Amazônia.

O principal erro dos que tolgem, compactuam ou promovem o desmatamento é não se dar conta de que desmatar a Amazônia não produz nem riqueza nem bem-estar. Na verdade, o desmatamento é o mais importante vetor da perenização do atraso e das precárias condições de vida na região. Ele exprime uma forma primitiva de extrativismo que se materializa, por exemplo, no tráfico de madeira clandestina, que funciona como obstáculo à exploração madeireira sustentável, para a qual existem tecnologias e sistemas de certificação baseados no uso de blockchain, como mostram os trabalhos da BVrio.

Além disso, como é na sua esmagadora



10 ações do governo Bolsonaro no desmanche da política ambiental

- Extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do MMA (Ministério do Meio Ambiente)
- Extinção da Subsecretaria Geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores
- Transferência do SFB (Serviço Florestal Brasileiro) do MMA para o Ministério da Agricultura
- Transferência da ANA (Agência Nacional de Águas) do MMA para o Ministério do Desenvolvimento Regional
- Redução de 96 para 23 do número de conselheiros do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), prejudicando a representação de ONGs e estados
- Militarização da diretoria e de chefias regionais do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)
- Exoneração e substituição lenta e incompleta dos 27 superintendentes estaduais do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)
- Extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, agravando crise diplomática com Alemanha e Noruega, que suspenderam novas doações após terem destinado R\$ 3,6 bi
- Sucessivas afirmações negativas do presidente da República
- Contra o trabalho de agentes do Ibama e do ICMBio, inibindo a fiscalização
- Desconsideração, desconfiância e descrédito de programas de instituições de pesquisa ambiental, como os sistemas de monitoramento de florestas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

dora maioria ilegal, o desmatamento na Amazônia funciona com base na formação de quadrilhas que se especializam em invadir terras públicas e territórios pertencentes a comunidades indígenas e ribeirinhas.

A construção de pistas de pouso clandestinas e a contratação de mototoqueiros que colocam fogo no capim seco dos acastamentos nos distritos à beira da BR-163 — no município de Altamira — por parte dos membros do grupo de WhatsApp que organizou, no dia 10 de agosto, o “Dia do Fogo”, conforme reportagem da revista Globo Rural — são apenas alguns de vários indícios dos efeitos da legitimação da destruição florestal sobre o tecido cívico da região.

Tão importante quanto a criminalidade ligada à esmagadora maioria do desmatamento na Amazônia é a avaliação que se pode fazer hoje de seus resultados.

Um gráfico elaborado pelo professor Raoni Rajão, da UFMC, compara a área e a produção de soja e de açaí no Pará entre 1996 e 2015. Lá se vê que o açaí tem rendimento por hectare muito maior que a soja. Segundo o estudo, o valor por hectare da soja em 2015 era de R\$ 2.765,79. O do açaí chegava a R\$ 26.844. Embora seja um produto consumido fundamentalmente na Amazônia, existe hoje uma cadeia global de açaí na casa de centenas de milhões de dólares. Quem poderia prever, 15 anos atrás, que um alimento “de índio” iria se converter em ingrediente global de dieta de esportistas?

Os trabalhos recentes de Carlos Nobre e Ismael Nobre listam um vasto conjunto de produtos do extrativismo com imenso potencial econômico. Uma das bases para a exploração sustentável é a unidade entre trabalho científico e a cultura material dos povos da floresta.

Um dos mais emblemáticos exemplos desta junção é a Rede de Sementes do Xingu, organizada pelo Instituto Socioambiental (ISA). Populações indígenas e ribeirinhas coletam sementes que são selecionadas por técnicos da Embrapa e do ISA e vendidas a fazendeiros para que possam cumprir seus compromissos de reflorestamento.

Mel, óleo de pequi, copaíba, borraça, castanha — são inúmeros os produtos de uso alimentar, farmacêutico e cosmético que a ciência, aliada aos povos da floresta, pode revelar e ajudar a explorar de maneira sustentável.

O selo Origens Brasil, que certifica estes produtos e já está em grandes cidades brasileiras, acaba de receber um importante reconhecimento internacional — por parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU). É um exemplo das oportunidades do uso sustentável com produtos capazes de exprimir nos mercados os valores contidos na preservação da floresta e no respeito aos povos que nela vivem.

A manutenção da floresta em pé não corresponde, portanto, a uma redoma de contemplação, economicamente paralisada. Ao contrário, ela é um manancial de riquezas que se exprimem tanto em seus serviços ecossistêmicos e na cultura dos que lá habitam como no valor de seus produtos.

A equipe coordenada pelo professor Britaldo Soares Filho, da UFMC, e pelo economista norueguês Jon Strand, do Banco Mundial, estimou o valor de alguns destes serviços. Em artigo publicado na prestigiosa revista Nature Sustainability, revelou que o desmatamento de um hectare gera perdas anuais de até US\$ 40 (cerca de R\$ 160) para a produção de castanha do Pará e de US\$ 200 (cerca de R\$ 800) para a produção madeireira sustentável.

Além disso, como o avanço do desmatamento compromete a produção de água por parte da floresta, seus impactos sobre a agricultura e a produção de energia nas hidrelétricas são altamente ameaçadores. Em suma, mais que apagar os incêndios que hoje a destroem, a Amazônia precisa de políticas que estimulem a emergência de uma economia do conhecimento (e não da destruição) da natureza, que represente aquilo que temos de melhor: a capacidade de fazer da ciência a base para produzir riqueza e bem-estar, valorizando os ensinamentos e a sabedoria dos povos da floresta. <

Crônica de um desmonte anunciado

[RESUMO] Antes de assumir a Presidência, Bolsonaro já emitia sinais de que pretendia fragilizar a fiscalização ambiental, o que se concretizou por meio de atos e declarações com o objetivo de limitar e deslegitimar políticas de preservação da Amazônia

Por **Maurício Tuffani**
Jornalista e editor do site Direto da Ciência

“É muito alto o risco de um grande aumento do desmatamento neste ano, especialmente na Amazônia. O governo não combate a devastação florestal apenas com comando e controle ambiental, mas também com sinais. E, já no ano passado, antes de assumir o governo, o presidente eleito deu sinais muito claros de que sua gestão fragilizaria a fiscalização ambiental”.

A afirmação foi feita em abril por José Sarney Filho (PV), ex-ministro do Meio Ambiente dos governos Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e Michel Temer (2016-2018). Na conversa por telefone, o atual secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal acrescentou sua previsão de aumento da devastação ao comentar os impactos das mudanças impostas pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao MMA (Ministério do Meio Ambiente).

Já em janeiro, além de extinguir a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas, o governo transferiu o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) para o Ministério da Agricultura e a ANA (Agência Nacional de Águas) para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em março, chegaram as primeiras pressões para “enxugar” a representação de ONGs na composição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) — em maio, o número de conselheiros foi reduzido de 96 para 23 integrantes. Também havia fortes manifestações do governo e de sua base parlamentar pela revogação de decretos de criação de parques e florestas nacionais e estações ecológicas.

No final de abril, já estavam ocupadas por oficiais da Polícia Militar Ambiental de São Paulo a presidência e quatro das cinco diretorias do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

O presidente anterior, Adalberto Eberhard, pediu sua exoneração — após ter presenciado o ministro Ricardo Salles (Novo), do MMA, em uma reunião com ruralistas na cidade de Tavares (RS), ameaçar servidores do órgão com processo administrativo por eles não terem comparecido ao encontro. A nova direção tem nomeado PMs aposentados para cargos de chefia.

Após esses fatos, Sarney Filho voltou a anunciar sua previsão de aumento do desmatamento, desta vez acompanhado. Em 8 de maio, no Instituto de Estudos Avançados da USP, ele e outros sete ex-ministros do Meio Ambiente divulgaram um comunicado no qual se afirmava: “A governança socioambiental no Brasil está sendo desmontada, em afronta à Constituição”.

Assinado também pelos ex-ministros Rubens Ricupero (1993-1994), José Carlos Carvalho (2002), Marina Silva (2003-2008), Carlos Minc (2008-2010), Izabella Teixeira (2010-2016), Edison Duarte (2018) e por Gustavo Krause (1997-1998), que não esteve presente ao encontro, o documento caracterizou as alterações feitas por Bolsonaro na estrutura do MMA como “uma série de ações, sem precedentes, que esvaziaram a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas”.

“Estamos diante de um risco real de aumento descontrolado do desmatamento na Amazônia. Os frequentes sinais contraditórios no combate ao crime ambiental podem transmitir a ideia de que o desmatamento é essencial para o sucesso da agropecuária no Brasil”, afirmaram os signatários.

Em outubro do ano passado, os ex-ministros já haviam divulgado outro comunicado, advertindo o presidente eleito a não cumprir

sua promessa de campanha de retirar o Brasil do Acordo de Paris da Convenção do Clima das Nações Unidas. Ao criticar a própria ciência do aquecimento global antropogênico, ou seja, provocado pela ação humana, Bolsonaro seguia o exemplo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que retirou seu país do acordo.

A carta aberta dos ex-ministros também aconselhou o presidente recém-eleito a abandonar as propostas de extinguir o MMA ou juntá-lo ao Ministério da Agricultura. Bolsonaro abortou a ideia devido a pressões de setores mais modernos do agronegócio, certos do risco de imagem negativa para as exportações de alimentos a mercados exigentes de origem ecológica correta dos produtos.

Bolsonaro não fundiu os ministérios, mas colocou no comando do MMA Ricardo Salles, que foi diretor jurídico da SRB (Sociedade Rural Brasileira). Fundador em 2006 do Movimento Endireita Brasil, ele foi ainda secretário particular, de 2013 a 2014, do governador paulista Geraldo Alckmin (PSDB), que também o nomeou secretário estadual do Meio Ambiente (2016-2017).

Em maio de 2017, Salles foi processado pelo Ministério Público de São Paulo por improbidade administrativa, sob acusação de ter alterado a proposta do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, supostamente em benefício de indústrias e mineradoras.

Já em dezembro de 2018, poucos dias após ter sido escolhido por Bolsonaro, ele foi condenado pela Justiça paulista a uma multa equivalente a dez vezes a remuneração mensal como secretário, teve seus direitos políticos suspensos por três anos e foi proibido de fazer contratos com o poder público. Ele negou ter agido com improbidade e recorreu contra a sentença.

Ainda em dezembro, logo no dia seguinte a sua indicação, Salles deu início a sucessivas críticas ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). “Os dados são muito genéricos, a gente não sabe se o desmatamento está acontecendo dentro de unidades de conservação, dentro de terras indígenas, em áreas privadas, em percentual maior ou menor que o excedente da reserva legal”, disse à rádio CBN.

Ignorando as correções e críticas que recebera por essas e outras afirmações, em janeiro, já no cargo de ministro, voltou a criticar o Inpe e disse que estava estudando a contratação de um satélite para monitorar em tempo real queimadas e desmatamentos no país.

Na ocasião, o instituto divulgou nota explicando que desde 2004 executava o Deter (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que serve de apoio à fiscalização e ao controle do desmatamento na Amazônia. O sistema produz alertas diários de alteração na cobertura florestal, enviados automaticamente ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Em julho, completamente alheio ao funcionamento dos programas do Inpe, em especial o Deter, Bolsonaro chamou de “mentirosos” os dados que indicavam aumento de 88% das áreas de alerta de desmatamento da Amazônia no mês anterior, em comparação a junho de 2018. Além disso, lançou a suspeita de que Ricardo Galvão, então diretor do instituto, estaria a “serviço de alguma ONG”, agindo, assim, de modo a manipular os dados.

Galvão, ex-presidente da SBF (Sociedade Brasileira de Física), reagiu, defendendo o trabalho do Deter e

afirmando que o presidente agia com covardia. Demitido, recebeu amplo apoio da comunidade científica e de ambientalistas.

Salles também entrou em confronto com o Fundo Amazônia, acusando o programa de irregularidades. Noruega e Alemanha já haviam destinado cerca de R\$ 3,6 bilhões para projetos de preservação do fundo, desde 2008.

Salles propôs que os recursos fossem aplicados também para indenizar donos de propriedades rurais em unidades de conservação. No entanto, grande parte das fazendas em áreas mencionadas pelo ministro são devolutas e ocupadas por grileiros. No final das contas, Noruega e Alemanha suspenderam as doações.

O Deter fechou os dados de julho indicando aumento de 278% das áreas de alerta de desmatamento. Como a derrubada das árvores é geralmente seguida por queimadas para limpeza dos terrenos, tiveram grande aumento também os incêndios na Amazônia.

Em 7 de agosto, o Ministério Público Federal no Pará enviou ofício ao Ibama alertando que produtores rurais na região do município de Novo Progresso, próximo a Altamira, estavam articulando pelas redes sociais o “Dia Nacional do Fogo”. “Precisamos mostrar para o presidente que queremos trabalhar e o único jeito é derrubando. Para formar e limpar nossas pastagens é com fogo”, dizia uma das mensagens. Apesar do alerta, o “Dia do Fogo” foi amplamente comemorado. Na terça-feira (27), faltando quatro dias para terminar o mês, os satélites do projeto Queimadas, do Inpe, registraram 27.497 focos de incêndio na Amazônia, superando a média de 25,583 focos dos últimos 21 anos para agosto.

Desde 2011, no mesmo mês, nunca havia sido ultrapassada a marca do 22 mil focos.

Na quarta-feira (28), os oito ex-ministros voltaram a se manifestar. Desta vez acompanhados pelos presidentes da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ildeu Moreira, e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, eles se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

No encontro, entregaram uma carta aberta endereçada a Maia e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pedindo suspensão imediata da tramitação de projetos que possam agravar a situação ambiental no país. Maia se comprometeu a não pautar votações de projetos polêmicos na área ambiental.

No mesmo dia, Bolsonaro assinou decreto proibindo queimadas em todo o país por 60 dias. Decisão tomada tardiamente, sob pressão de ameaças reais para a economia do país e em meio a notícias de aumento de problemas respiratórios para a população devido aos poluentes emitidos pelos incêndios florestais.

Passados oito meses desde o início do governo, Bolsonaro e Salles se alternaram no papel de protagonista de notícias de grande repercussão nacional e internacional, quase sempre negativas, no tema do meio ambiente. Em grande parte, essas notícias reverberaram muito mais em razão de atitudes e pronunciamentos do que de planos e projetos.

Apesar de toda a empáfia com que acusa as gestões anteriores do MMA de má governança, Salles, até o momento, não apresentou um único plano para as políticas que são atribuições desse ministério.

O tardio decreto de proibição das queimadas é apenas um sintoma dessa falta de planejamento. <